



**Ministério da Educação
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**

***Referenciais para o Exame Nacional de Ingresso na Carreira Docente
Documento para Consulta Pública***

Um dos principais desafios do Brasil é a melhoria da qualidade da educação básica. E se há um consenso atualmente na área de educação, este é o da relevância do papel do professor para esse processo.

Embora as políticas educacionais possam ser, em sua maioria, formuladas no nível do Ministério e das Secretarias de Educação, a forma como essas políticas são implementadas, bem como os seus resultados, são influenciados diretamente pelos agentes que as efetivam nas salas de aula – os professores. São eles que conduzem e mediam o processo de ensino-aprendizagem dos alunos diariamente, e devem receber toda a atenção se, de fato, pretende-se buscar um ensino que forme alunos com plena cidadania e igualdade de oportunidades.

Garantindo bons professores em cada sala de aula

“A qualidade de um sistema educacional não pode exceder a qualidade de seus professores” – afirmou um gestor educacional sul-coreano em uma entrevista para o relatório da consultoria McKinsey & Company¹ que buscava analisar as práticas dos países com os melhores sistemas educacionais² e o que eles têm em comum.

Duas das principais conclusões desse relatório indicam que todos esses países conseguem selecionar bem os indivíduos para se tornarem professores e promover seu desenvolvimento para que, de fato, se tornem professores com boas práticas. Ou seja, além de ressaltar a importância da qualidade dos docentes, demonstra o papel decisivo dos governos em garantir que as escolas recebam e mantenham bons professores em seus quadros.

Segundo estudo da OCDE sobre políticas para o magistério³, a prioridade geral dos gestores educacionais deveria ser definir de forma clara e concisa o que se espera em relação aos conhecimentos e habilidades dos professores, ou seja, definir padrões para um bom professor.

¹ Barber, Michel; Mourshed, Mona (2007) “How the world’s best-performing school systems come out on top”. McKinsey & Company.

² O parâmetro foi o resultado do PISA de 2006, sendo os países: Canadá, Austrália, Bélgica, Finlândia, Hong Kong, Japão, Holanda, Nova Zelândia, Cingapura e Coreia do Sul.

³ OECD (2005) “Teachers Matter: Attracting, Developing and Retaining Effective Teachers”. OECD, Paris.

Embora essa não seja uma tarefa simples, a idéia é que a definição desses padrões proporcione um marco para orientar as políticas de seleção, formação, avaliação e desenvolvimento na carreira do magistério.

Diversos países caminharam nessa direção, estruturando padrões para a profissão docente. E, por mais diferentes que sejam os seus contextos sociais e sistemas educacionais, bem como a forma como avaliam os padrões docentes, diversos fatores que compõem o perfil de um bom professor são recorrentes entre os países, tais como⁴:

1. Domina os conteúdos curriculares das disciplinas que leciona, o que inclui a compreensão de seus princípios e conceitos.
2. Conhece as características de desenvolvimento dos alunos, suas experiências e contexto em que vivem, e como esses fatores afetam sua aprendizagem.
3. Domina a didática das disciplinas que ensina, incluindo diversas estratégias e atividades de ensino.
4. Domina o currículo ou as diretrizes curriculares das disciplinas que leciona.
5. Organiza os objetivos e conteúdos de maneira coerente com o currículo, os momentos de desenvolvimento dos alunos e seu nível de aprendizagem.
6. Seleciona recursos de aprendizagem de acordo com os objetivos de aprendizagem e as características de seus alunos.
7. Seleciona estratégias de avaliação coerentes com os objetivos de aprendizagem, a disciplina que ensina e o currículo, permitindo com que todos os alunos demonstrem o que aprenderam.
8. Estabelece um clima favorável para a aprendizagem, baseado em relações de respeito, equidade, confiança, cooperação e entusiasmo.
9. Manifesta altas expectativas em relação às possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento de todos os seus alunos.
10. Estabelece e mantém normas de convivência em sala de aula, de modo que os alunos aprendam a ter responsabilidade pela sua aprendizagem e a dos colegas.
11. Demonstra valores, atitudes e comportamentos positivos e promovem o desenvolvimento deles pelos alunos.
12. Comunica-se efetivamente com os pais de alunos, atualizando-os e buscando estimular o seu comprometimento com o processo de ensino aprendizagem dos alunos.
13. Aplica estratégias de ensino desafiantes e coerentes com os objetivos de aprendizagem e com os diferentes níveis de aprendizado dos alunos.
14. Utiliza métodos e procedimentos que promovem o desenvolvimento do pensamento e da busca independente do conhecimento.

⁴ Nesse levantamento, foram consultados os padrões docentes estabelecidos nos seguintes países: Austrália, Canadá, Cingapura, Chile, Cuba, Estados Unidos e Inglaterra.

15. Otimiza o tempo disponível para o ensino, garantindo o máximo de aprendizagem de cada aluno durante toda a duração da aula.
16. Avalia e monitora o processo de compreensão e apropriação dos conteúdos por parte dos estudantes.
17. Busca aprimorar seu trabalho constantemente a partir de diversas práticas, tais como: a reflexão sistemática de sua atuação, a auto-avaliação em relação ao progresso dos alunos, as descobertas de pesquisas recentes sobre sua área de atuação, e as recomendações de supervisores, tutores e colegas.
18. Trabalha em equipe com os demais profissionais para tomar decisões em relação à construção e/ou implementação do currículo e de outras políticas escolares.
19. Possui informação atualizada sobre as responsabilidades de sua profissão, incluindo aquelas relativas à aprendizagem e ao bem-estar dos alunos.
20. Conhece o sistema educacional e as políticas vigentes.

Esses padrões ressaltam a importância da valorização da identidade do professor como alguém que necessita de conhecimentos e habilidades específicos para seu exercício profissional, os quais não podem ser substituídos por mera boa vontade ou pelo desejo de trabalhar com crianças.

Para garantir bons professores em cada sala de aula, é preciso atrair candidatos com grande potencial para alcançar esse perfil desejado para a docência, para que então se possa selecionar os melhores candidatos, como fazem os países citados como tendo os melhores sistemas educacionais.

Infelizmente, no Brasil a docência não tem sido vista como uma carreira atrativa aos egressos do ensino médio. De acordo com uma pesquisa recente da Fundação Carlos Chagas⁵ com uma amostra de 1500 alunos de ensino médio brasileiros de 8 cidades, eles reconhecem a função social da profissão e acreditam ser um trabalho nobre e gratificante, no entanto ressaltam a disparidade entre a exigência e o retorno da profissão. Os alunos acham o trabalho muito difícil, ao mesmo tempo em que vêem a docência como desvalorizada, social e financeiramente.

A remuneração é reconhecidamente um dos principais fatores que afetam a atratividade de uma carreira. Por isso a preocupação com os salários nas diversas políticas de valorização do magistério, desde a implementação do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), substituído pelo Fundeb, até a criação do Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica, em 2008. Os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) permitem observar uma significativa melhoria nos salários dos professores públicos nos últimos anos. Mas também indicam que ainda não é possível dizer que esses salários sejam atrativos. Uma pesquisa

⁵ Gatti, Bernardete (coord.) (2009) "Atratividade da carreira docente no Brasil". Fundação Carlos Chagas, São Paulo.

demonstra que, em 1995, um professor público do ensino básico com formação de nível superior ganhava, em média, no País, 62% a menos do que ganharia se estivesse empregado em outra ocupação no setor privado. Em 2006, essa diferença havia sido reduzida para cerca de 17%⁶, o que deve diminuir ainda mais com a instituição do Piso.

Mas as formas de seleção e as condições de emprego e trabalho também têm um papel primordial para atrair e manter na carreira do magistério – de preferência por um bom período numa mesma escola – professores bem preparados e motivados a desenvolver um bom trabalho.

A realização periódica de concursos públicos é uma iniciativa de grande valia para valorização do magistério. Ela permite a definição e a verificação de um conjunto de conhecimentos considerados necessários para ingressar na docência, garante oportunidades iguais a todos os candidatos às vagas, e permite a efetivação de professores nos quadros estaduais e municipais do magistério, assegurando um contrato de trabalho permanente para esses trabalhadores.

No entanto, parece que o potencial dos concursos públicos não tem sido totalmente aproveitado, especialmente no que diz respeito aos conteúdos cobrados nas provas. Outra pesquisa recente⁷ da Fundação Carlos Chagas constatou que os concursos públicos para professores de séries iniciais realizados no Brasil cobram, majoritariamente, conhecimentos ligados à legislação e à estrutura de funcionamento dos sistemas educacionais. Em relação aos conteúdos a serem ensinados, identificou-se que geralmente se cobra algum domínio da Língua Portuguesa, mas raramente de Matemática. Segundo a pesquisa, existem poucas questões dos concursos referindo-se a fundamentos da educação, e menos questões ainda relacionando esses fundamentos às práticas docentes. Além disso, os itens seriam, em sua maioria, relativos a conteúdos teóricos, sendo abordados somente de modo superficial.

O Exame Nacional de Ingresso na Carreira Docente

Com o objetivo de dar subsídios às redes estaduais e municipais para que estas possam aprimorar seus processos de seleção de professores e aumentar a periodicidade da contratação de professores, o INEP/MEC está desenvolvendo o Exame Nacional de Ingresso na Carreira Docente.

Assim como os atuais concursos públicos para docentes, o Exame será destinado a todos que tenham concluído ou estejam concluindo cursos de formação inicial para a docência, e que desejam ingressar na carreira do magistério. Inicialmente, a prova será destinada somente aos candidatos à docência no ensino infantil e anos iniciais do ensino fundamental, com a previsão de

⁶ Moriconi, Gabriela; Marconi, Nelson (2007) “Os salários dos professores públicos são atrativos no Brasil?” Artigo apresentado no XXV Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação em Economia (Anpec).

⁷ Gatti, Bernardete; Nunes, Marina (coord.) (2009) “Formação de Professores para o Ensino Fundamental: Estudo de Currículos das Licenciaturas em Pedagogia, Língua Portuguesa, Matemática e Ciências Biológicas”. Fundação Carlos Chagas, São Paulo.

desenvolvimento das provas para os professores dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio regular em um segundo momento⁸.

O Exame terá periodicidade anual, sendo que cada secretaria estadual ou municipal poderá fazer sua adesão, indicando assim aos candidatos que utilizará a nota do Exame como substituta da nota da prova do concurso ou como parte componente dela no seu respectivo concurso de provas e títulos. O candidato participa do Exame e, quando as redes de seu interesse anunciarem que existem vagas de professor a preencher, ele pode enviar sua nota para concorrer a essas vagas com outros candidatos que também terão participado do Exame.

Todos ganham com essa iniciativa. Para as redes estaduais e municipais, o Exame permitirá a redução de custos desses entes com a elaboração e a aplicação das provas, bem como permitirá maior agilidade no preenchimento de cargos vagos de docentes. Isto porque, devido ao peso dos custos da realização de um concurso para o orçamento de uma secretaria, especialmente no caso dos municípios menores, muitas vezes fica-se amplos períodos sem a realização de concursos públicos, optando por acumular um número significativo de cargos vagos para que valha a pena realizar um concurso. Nesse meio tempo, o trabalho acaba sendo desenvolvido por professores temporários – geralmente um contingente maior do que seria o ideal apenas para cobrir necessidades temporárias. Com o Exame, todo ano cada secretaria poderá realizar um processo seletivo para o número de cargos que avaliar necessário preencher em seu quadro, mesmo que este seja pequeno, e adotar os resultados do Exame para escolher os candidatos que preencherão essas vagas. Adicionalmente, os resultados das provas trarão importantes informações às redes sobre quais as áreas em que os professores recém contratados têm maiores conhecimentos e em quais apresentam maiores deficiências – o que poderá orientar os processos de formação continuada que cada rede realiza.

Para os candidatos a professor, a existência de um Exame que será aplicado em todo o País e poderá ser utilizado por diversos estados e municípios aumenta significativamente a possibilidade de escolha do local de trabalho, bem como a possibilidade de se tornar um professor efetivo de uma rede de ensino. Com a mesma prova, o professor poderá se inscrever em quantos concursos desejar – dentre aqueles que adotarem o Exame como parte do concurso. Poderá, portanto, comparar todos os fatores que lhe importem na escolha da (s) rede (s) na (s) qual (is) gostaria de trabalhar, como: remuneração, jornada de trabalho, plano de carreira, localização das escolas, entre outros. Além disso, trata-se de um exame com qualidade garantida pelo INEP/MEC, baseado em uma matriz que terá sido nacionalmente discutida e que não será alterada a cada ano – exceto por alguma revisão que se fizer necessária. Desse modo, caso o candidato não alcance um bom resultado em um ano, seu esforço não terá sido perdido, pois o Exame que ele poderá

⁸ Em todos os casos, cabe ressaltar que não se trata de uma avaliação dos cursos de licenciatura, pois estes não formam seus alunos exclusivamente para serem professores do ensino básico e, portanto, continuarão a serem avaliados pelo Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes), o qual se baseia nas diretrizes curriculares dos cursos.

realizar no ano seguinte terá como base a mesma matriz de referência, portanto ele poderá continuar se preparando para uma prova semelhante.

Mais do que isso, ao promover uma melhoria no instrumento de seleção dos candidatos à docência, o Exame deve promover uma melhoria na qualidade dos professores que ingressarão no magistério, o que fará com que os alunos da educação básica ganhem professores com uma qualificação cada vez melhor.

Referenciais para a Elaboração da Matriz de Referência do Exame – Proposta para Discussão

Para dar início à discussão sobre a Matriz de Referência para o Exame Nacional de Ingresso na Carreira Docente, as equipes técnicas do INEP/MEC levantaram uma lista de temas para compor o Exame, cada um com uma série de tópicos relacionados às habilidades a serem demonstradas pelos candidatos a professor.

Para construir essa proposta de temas para discussão, decidiu-se aproveitar a experiência de uma série de países que já se debruçaram consistentemente sobre a questão: foi feito um levantamento sobre os fatores comuns ao perfil de um bom professor em diversos países. Foram escolhidos países que possuem definições claras e compartilhadas sobre os critérios do que seria um bom professor, e que utilizam esses critérios para avaliação em algum momento da carreira; com bom desempenho em exames padronizados como o PISA e o TIMSS; e com diferentes formas de estruturar os sistemas de ensino em diferentes contextos. O resultado desse levantamento inicial encontra-se resumido nas páginas 2 e 3 deste documento. A partir disso, foram identificados quais fatores seriam passíveis de medir por meio de uma prova escrita, a ser realizada no momento do ingresso na carreira docente. Ou seja, fatores que só possam ser verificados por meio da prática docente, em sala de aula, apesar de sua importância, não caberiam nessa relação.

A partir desses fatores, foi preciso analisar uma série de documentos para especificar os temas e seus componentes, com base nesse perfil desejado internacionalmente, mas que sejam adequados à realidade brasileira. Foram analisados documentos como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para os anos iniciais do ensino fundamental, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, os manuais do Programa Nacional do Livro Didático, os materiais de cursos de formação docente do Pró-Letramento de Língua Portuguesa e Matemática e do Gestar, entre outros materiais.

Vale ressaltar que é uma lista que não se pretende exaustiva, mas sim sinalizar assuntos que se mostraram relevantes para indicar o potencial de um candidato a professor. A idéia é que essa relação de temas sirva como um referencial para ser amplamente discutida por especialistas em formação de professores, pelos gestores das redes estaduais e municipais, por representantes dos professores, enfim, por toda a sociedade educacional, para se chegar a um perfil de

conhecimentos necessários ao ingresso da carreira do magistério. A partir daí, as equipes técnicas do INEP/MEC poderão trabalhar em torno desse material para produzir uma matriz de referência com todas as habilidades que, de fato, serão cobradas dos candidatos no Exame.

Segue a lista de temas e respectivos tópicos:

TEMAS GERAIS

1. Direito à educação

- Identificar os direitos estabelecidos na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) a serem garantidos por cada ator envolvido com a questão educacional;
- Reconhecer os papéis e atribuições das diferentes esferas de governo e instituições em relação à educação brasileira, de acordo com a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
- Identificar os direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) a serem garantidos por cada ator envolvido com a questão educacional;
- Reconhecer os papéis e atribuições das diferentes esferas de governo e instituições em relação às crianças e adolescentes, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);
- Conhecer o processo histórico que deu origem à atual configuração do direito à educação no País;
- Relacionar a legislação educacional vigente com o trabalho da escola e do professor em sala de aula.

2. Políticas educacionais vigentes

- Conhecer o desenho e as características de políticas educacionais vigentes no nível nacional, tais como: Fundeb, Prova Brasil e Ideb;
- Reconhecer os papéis e atribuições das diferentes esferas de governo e instituições em relação às políticas educacionais vigentes no País;
- Relacionar as políticas educacionais vigentes com o trabalho da escola e do professor em sala de aula.

3. Processo de desenvolvimento humano e aprendizagem

- Conhecer os principais conceitos e teorias do desenvolvimento humano nos seus aspectos físico, cognitivo, linguístico, social, emocional e moral;
- Identificar etapas e variações do desenvolvimento dos alunos, de acordo com as principais teorias do desenvolvimento humano;
- Reconhecer as formas pelas quais o desenvolvimento dos alunos, nos seus diversos aspectos, afeta sua aprendizagem;
- Reconhecer as formas pelas quais os fatores escolares e extra-escolares afetam o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos.

4. Planejamento pedagógico

- Conhecer os tipos, as funções e os componentes do planejamento pedagógico;
- Conhecer as funções, os componentes e elementos que caracterizam um currículo;
- Conhecer as características e componentes de uma sequência didática;
- Reconhecer as relações entre a proposta curricular, a sequência didática e o projeto político-pedagógico.

5. Estratégias, abordagens, atividades e recursos pedagógicos

- Identificar estratégias, abordagens e atividades adequadas à faixa etária e ao estágio de desenvolvimento dos alunos;
- Identificar estratégias, abordagens e atividades adequadas a alcançar determinados objetivos de aprendizagem;
- Identificar rotinas pedagógicas adequadas à faixa etária e ao estágio de desenvolvimento dos alunos;
- Identificar formas adequadas de organização do espaço pedagógico de acordo com os objetivos de aprendizagem;
- Conhecer procedimentos de escolha dos livros didáticos a serem utilizados;
- Identificar formas adequadas de utilização de recursos didáticos diversos, de acordo com os objetivos de aprendizagem;
- Identificar formas adequadas de utilização de recursos tecnológicos e audiovisuais, tais como o computador, a Internet e os vídeos.

6. Avaliação pedagógica

- Conhecer os tipos, as funções e os instrumentos de avaliação pedagógica;
- Identificar estratégias de avaliação adequadas de acordo com a situação de ensino e os objetivos de aprendizagem;
- Utilizar dados de avaliações em larga escala para tomar decisões pedagógicas.

7. Adaptações curriculares para o atendimento de alunos com necessidades especiais

- Conhecer os tipos e níveis de adaptações curriculares passíveis de serem adotadas para atender alunos com necessidades especiais;
- Identificar as adaptações curriculares adequadas para atender alunos com determinadas necessidades especiais.

TEMAS ESPECÍFICOS

8. Leitura e compreensão de textos

- Localizar informações explícitas;
- Inferir informações implícitas;
- Inferir o sentido de uma palavra ou expressão em um texto;
- Identificar a finalidade de textos de diferentes gêneros;
- Identificar o tema de um texto;
- Identificar a tese do texto e estabelecer relações entre tese e argumentos oferecidos para sustentá-la;
- Distinguir um fato de uma opinião;
- Estabelecer relações entre partes de um texto;
- Comparar textos, por meio do reconhecimento de diferentes formas de tratar uma informação e de posições distintas relativas ao mesmo fato ou tema;
- Identificar efeitos de sentido decorrente do uso da pontuação, escolha de palavras ou expressão e exploração de recursos ortográficos;
- Identificar as marcas lingüísticas que evidenciam o locutor e o interlocutor de um texto.

9. Produção de textos (a ser verificada por meio de redação)

- Desenvolver o tema proposto;

- Organizar o texto de forma coerente;
- Utilizar recursos linguísticos para produzir um texto coeso;
- Utilizar a norma padrão da língua escrita.

10. Ensino de língua portuguesa

- Conhecer as diferentes concepções e métodos de alfabetização e letramento de crianças, jovens e adultos;
- Reconhecer as concepções referentes à formação de sujeitos leitores;
- Reconhecer as concepções com ênfase na linguagem oral e sua relação com a linguagem escrita;
- Conhecer as formas de uso da gramática para ensino da linguagem;
- Reconhecer o uso da literatura infantil para o ensino-aprendizagem da linguagem;
- Identificar as diferentes hipóteses de escritas dos alunos durante seu processo de alfabetização;
- Avaliar as habilidades de leitura e compreensão de textos dos alunos;
- Avaliar as habilidades dos alunos de produzir textos, de acordo com a hipótese de escrita;
- Compreender metodologicamente os motivos que levam aos erros dos alunos;
- Reconhecer intervenções viáveis para ajudar os alunos a superar os erros, considerando as habilidades alcançadas e a alcançar;
- Identificar estratégias de ensino da língua portuguesa adequadas a cada série ou etapa do desenvolvimento dos alunos, de modo a alcançar determinados objetivos de aprendizagem.

11. Conhecimento matemático

- Reconhecer e utilizar características do sistema de numeração decimal;
- Calcular o resultado de adições, subtrações, multiplicações e divisões com números naturais e racionais;
- Conhecer os procedimentos para realizar operações com números naturais e racionais;
- Conhecer as propriedades e regularidades de operações com números naturais e racionais;
- Resolver problemas envolvendo operações com números naturais e racionais;
- Identificar as diferentes formas de representação de números racionais;
- Identificar a localização e a movimentação de objetos em representações gráficas;
- Conhecer as propriedades de figuras geométricas planas e espaciais;
- Classificar as figuras geométricas planas e espaciais a partir de suas características;
- Estimar medida de grandezas utilizando como referência unidades convencionais ou não convencionais;
- Resolver problemas utilizando unidades de medida de tempo e espaço;
- Ler informações e dados apresentados em gráficos e tabelas;
- Resolver problemas envolvendo informações apresentadas em gráficos e tabelas;
- Associar informações apresentadas em tabelas aos gráficos que as representam e vice-versa.

12. Ensino da matemática

- Conhecer o desenvolvimento da matemática ao longo da história;
- Conhecer tipologias e métodos de resolução de problemas;
- Conhecer formas de abordagem lúdica da matemática;
- Conhecer a etnomatemática e os contextos para o seu desenvolvimento;
- Conhecer formas de utilização de projetos para o ensino da matemática;
- Conhecer formas de utilização da resolução de problemas para o ensino da matemática;
- Conhecer formas de utilização da história da matemática para contextualizar o ensino;
- Conhecer formas de utilização da redação e da literatura no ensino da matemática;
- Conhecer formas de utilização do laboratório de educação matemática para o ensino;

- Conhecer formas de utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação para o ensino da matemática;
- Identificar as habilidades e dificuldades demonstradas pelos alunos a partir de suas respostas em exercícios propostos;
- Compreender metodologicamente os motivos que levam aos erros dos alunos;
- Reconhecer intervenções viáveis para ajudar os alunos a superar os erros, considerando as habilidades alcançadas e a alcançar;
- Identificar estratégias de ensino da matemática adequadas a cada série ou etapa do desenvolvimento dos alunos, de modo a alcançar determinados objetivos de aprendizagem.

13. Conhecimento em ciências sociais e naturais

- Compreender fenômenos relacionados ao universo e ao sistema solar;
- Conhecer o ciclo da água e sua utilização;
- Identificar as características gerais de vegetais e animais;
- Conhecer o organismo humano, seus órgãos e sistemas;
- Reconhecer as relações da saúde humana com o processo de alimentação, as atividades físicas, os hábitos de higiene e a sexualidade;
- Reconhecer as relações sociais, econômicas, culturais, ambientais e políticas do contexto brasileiro, dos pontos de vista histórico e geográfico;
- Conhecer o espaço geográfico brasileiro e suas características;
- Reconhecer as ações do homem em relação à natureza e seus efeitos;
- Reconhecer as formas de produção de energia pelo homem e as provenientes de fenômenos naturais;
- Conhecer as tecnologias da informação, comunicação e transporte e seus impactos sobre o meio ambiente.

14. Ensino de ciências sociais e naturais

- Conhecer as concepções do ensino de ciências por meio de projetos, feiras e exposições;
- Reconhecer as formas de uso de materiais e recursos para experimentação e observação em campo para o ensino de ciências;
- Reconhecer as formas de uso do laboratório para o ensino de ciências;
- Reconhecer as formas de uso da linguagem cartográfica, da construção de maquetes e elaboração de mapas para o ensino da geografia;
- Compreender o uso de diversas escalas temporais e a análise de documentos para o ensino da história;
- Reconhecer as relações entre memória e patrimônio cultural associadas às práticas sociais nas atividades escolares;
- Identificar as habilidades e dificuldades demonstradas pelos alunos a partir de relatos e registros das atividades de ensino de ciências;
- Compreender metodologicamente os motivos que levam aos alunos cometerem erros;
- Reconhecer intervenções viáveis para ajudar os alunos a superar os erros, considerando as habilidades alcançadas e a alcançar;
- Identificar estratégias de ensino de ciências adequadas a cada série ou etapa do desenvolvimento dos alunos, de modo a alcançar determinados objetivos de aprendizagem.

15. Educação infantil

- Conhecer as diferentes concepções relativas à educação infantil;
- Reconhecer as funções do “cuidar” e do “brincar” para o desenvolvimento das crianças da educação infantil;
- Reconhecer o papel do lúdico no desenvolvimento infantil;

- Identificar estratégias, abordagens e atividades adequadas para o estágio de desenvolvimento dos alunos da educação infantil;
- Identificar estratégias, abordagens e atividades adequadas para alcançar determinados objetivos de aprendizagem na educação infantil;
- Identificar rotinas pedagógicas adequadas ao estágio de desenvolvimento dos alunos da educação infantil;
- Identificar formas adequadas de organização do espaço pedagógico de acordo com os objetivos de aprendizagem de alunos da educação infantil;
- Identificar formas adequadas de utilização de recursos didáticos diversos, de acordo com os objetivos de aprendizagem de alunos da educação infantil.

16. Educação de jovens e adultos

- Conhecer as diferentes concepções relativas à educação de jovens e adultos;
- Reconhecer o uso da problematização e da contextualização para o desenvolvimento dos estudantes da educação de jovens e adultos;
- Identificar estratégias, abordagens e atividades adequadas para alcançar determinados objetivos de aprendizagem na educação de jovens e adultos.
- Identificar rotinas pedagógicas adequadas ao desenvolvimento de alunos da educação de jovens e adultos;
- Conhecer procedimentos de escolha dos livros didáticos a serem utilizados para a educação de jovens e adultos;
- Identificar formas adequadas de utilização de recursos didáticos diversos, de acordo com os objetivos de aprendizagem da educação de jovens e adultos;
- Identificar formas adequadas de utilização de recursos tecnológicos e audiovisuais, tais como o computador, a Internet e os vídeos para a educação de jovens e adultos.